CATÓLICA
FACULDADE
DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA

CATÓLICA
tax

IVA, IEC, ELIXIRES E OBRAS DE ARTE

SÉRGIO VASQUES

REGARDS PHOTOGRAPHIQUES [C-145/18]
CONCLUSÕES AG SZPUNAR 7.03.2019
TAXA REDUZIDA DE IVA PARA OBRAS DE ARTE

REGARDS PHOTOGRAPHIQUES: DIREITO EUROPEU

Directiva IVA, artigo 103

- Taxa reduzida importação de "objectos de arte e de colecção ou de antiguidades"
- Taxa reduzida "entregas de objectos de arte efectuadas pelo autor ou pelos seus sucessores"

Anexo IX, Parte A

- Objectos de arte
- Quadros, gravuras, esculturas, tapeçarias ...
- "Fotografias realizadas pelo artista, tiradas por ele ou sob o seu controlo, assinadas e numeradas até ao limite de trinta exemplares, independentemente do respectivo formato ou suporte"

REGARDS PHOTOGRAPHIQUES: DIREITO NACIONAL

Côde Géneral des Impôts

- Taxa 5,5% "entregas de objectos de arte efectuadas pelo autor ou pelos seus sucessores"

Instrução de 2003

- Só são obras de arte as fotografias que testemunhem uma intenção criativa manifesta por parte do seu autor
- É esse o caso quando o fotógrafo [...] realiza um trabalho que ultrapassa a simples fixação mecânica da recordação de um acontecimento, de uma viagem ou de pessoas e que, consequentemente, tem interesse para o público em geral
- Tema, enquadramento, composição, exposição, brilhos, contrastes, cores, jogo da luz e volumes ...
- Exclusão da taxa reduzida para fotografias de identidade, fotografias escolares, fotografias de grupos

REGARDS PHOTOGRAPHIQUES: QUESTÕES

Regards Photographiques SARL

- Retratos e fotografias de casamento, porque não aplicar a taxa reduzida?

Autoridades francesas

- É necessário que se verifiquem as condições objectivas da Directiva mas ...
- ... também que as fotografias revelem uma criação artística do autor que revele a sua personalidade e sejam de interesse para o público

Questões TJUE

- O artigo 103 da Directiva exige algum conteúdo artístico?
- Os EM podem concretizá-lo pela via legislativa ou regulamentar?

OPINIÃO AG: A DIRECTIVA EXIGE CONTEÚDO ARTÍSTICO?

Elemento literal

- Artigo definido vs. indefinido, "o artista" vs. "um artista",
- Quadros, gravuras, tapeçarias, esculturas feitos "pelo artista"
- Artista = autor, controlo da captura, controlo da impressão
- Artista não é o que verte arte no que faz

Elemento finalístico

- Directiva IVA, isenção prestações de serviços culturais, taxas reduzidas para entradas em espectáculos, exposições, manifestações culturais ...
- O objectivo subjacente ao tratamento fiscal favorável destas actividades não se limita à promoção da arte no "sentido nobre" do termo
- Obras de arte, não reservar a obras produzidas por artistas, excluir objectos de produção massificada

OPINIÃO AG: OS ESTADOS-MEMBROS PODEM CONCRETIZÁ-LO?

Elemento sistemático

- Critérios equívocos e subjectivos, segurança jurídica, neutralidade fiscal, distorção da concorrência

* AG: "A utilização do termo 'artista' não justifica a recusa da qualidade de 'objecto de arte' a certas fotografias devido à sua temática, ao seu nível artístico ou à qualidade do seu autor"
* AG: A instrução de 2003 pretende "capturar, em termos administrativos, o incapturável", "transformando a administração em crítica de arte"

REGARDS PHOTOGRAPHIQUES: LEITURA CRÍTICA

Elemento literal

- O que vale um artigo definido?

Elemento finalístico

- O que se pretende com a taxa reduzida do art.103?
- Objectos de arte, de colecção e antiguidades, importação vs. transmissão interna
- Objectos em série limitada ...

Elemento sistemático

- Insegurança e neutralidade ...
- "I'll know it when I see it", US Supreme Court, Justice Potter Stewart, Jacobellis vs. Ohio, 1964

CASOS PARALELOS
PFC CLINIC [C-91/12]

O que é assistência médica? [art.132 Directiva]

Cirurgia estética, lifting, depilação permanente, rejuvenescimento da pele com luz pulsada

PFC Clinic: cirurgia estética não está isenta

Administração: cirurgia estética e reconstrutiva isentas, lesão corporal/deficiência congénita vs. vontade, "problemas sérios de aplicação"

* TJUE: a finalidade é decisiva, prestações que visam diagnosticar, tratar ou curar doenças, "problemas de aplicação" não obstam à distinção, apreciação subjectiva, opinião dos especialistas

CASOS PARALELOS
ENGLISH BRIDGE UNION [C-90/16]

O que é desporto? [art.132 Directiva]

Torneios internacionais de bridge duplicado, taxas de inscrição

Administração: desporto exige actividade física "significativa"

EBU: desporto, actividade física e actividade intelectual, distorção da concorrência

Upper Tribunal: competências intelectuais elevadas, lógica, raciocínio lateral, estratégia, memória, prática regular favorece saúde mental e física dos jogadores

* TJUE: bridge talvez benéfico para saúde física e mental, definição de desporto "em geral", finalidade do legislador europeu, actividades de repouso e relaxamento físico

CONCLUSÃO

A finalidade elemento central da interpretação de isenções/taxas reduzidas de IVA

Não sobrevalorizar letra, não esvaziar finalidade

"Arte em geral" vs. "arte para efeitos da directiva"

BENE FACTUM [C-567/17]

ACÓRDÃO TJUE 28.02.2019

ISENÇÃO DE IEC PARA ELIXIRES COM ÁLCOOL DESTANURADO

BENE FACTUM: O CASO

Directiva 92/83, imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas

- Artigo 27: isenção para o álcool desnaturado "de acordo com as normas de qualquer dos EM" que seja utilizado para o "fabrico de produtos não destinados ao consumo humano"
- Razão de ser da isenção, conteúdo alcoólico, consumo humano e custo social

BENE FACTUM, empresa lituana, comércio produtos cosméticos e de higiene, encomenda elixires orais a empresa da Polónia, controla produção, embalagem, rotulagem

Elixires BF Cosmetics

- Classificação pautal e descritivo como produtos cosméticos mas ...
- ... embalagens idênticas a bebidas, adição de aromatizantes, teor alcoólico em percentagem, comercialização em mercados e quiosques, preço baixo, desnaturação na Polónia, toxicidade reduzida

SÉRGIO VASQUES | CATÓLICA TAX 2019

BENE FACTUM: QUESTÕES TJUE

TJUE: o que deve prevalecer na interpretação da isenção?

- Classificação pautal, descritivo
- Utilização final

Administração lituana: "substância sobre a forma", finalidade da isenção, produto intencionalmente dirigido ao consumo humano ...

Administração checa: neutralidade, concorrência com bebidas alcoólicas ...

BENE FACTUM: DECISÃO TJUE

A base de incidência dos IEC

- Definição dos produtos tributáveis, Nomenclatura Combinada UE e Sistema Harmonizado OMA
- Classificação pautal, Notas Explicativas da NC e SH, General Rules of Interpretation do SH
- Propriedades objectivas, destino só releva se for inerente ao produto, irrelevância do "end-use"
- Segurança jurídica, livre circulação, facilidade de controlo

Aplicação às isenções de IEC

- Prevalência às propriedades objectivas, reconhecimento das isenções
- Prevalência da classificação pautal [como cosmético]
- Estratégia comercial e intenção do vendedor irrelevantes
- Utilização final por consumidores mais pobres mero "factor sociológico" [AG]

* Custo social sem tributação

CASOS PARALELOS

Siebrand [C-150/08]: aplicação de IEC a bebidas espirituosas à base de sidra

Repertoire Culinaire [C-163/09]: aplicação de IEC a vinho para uso culinário

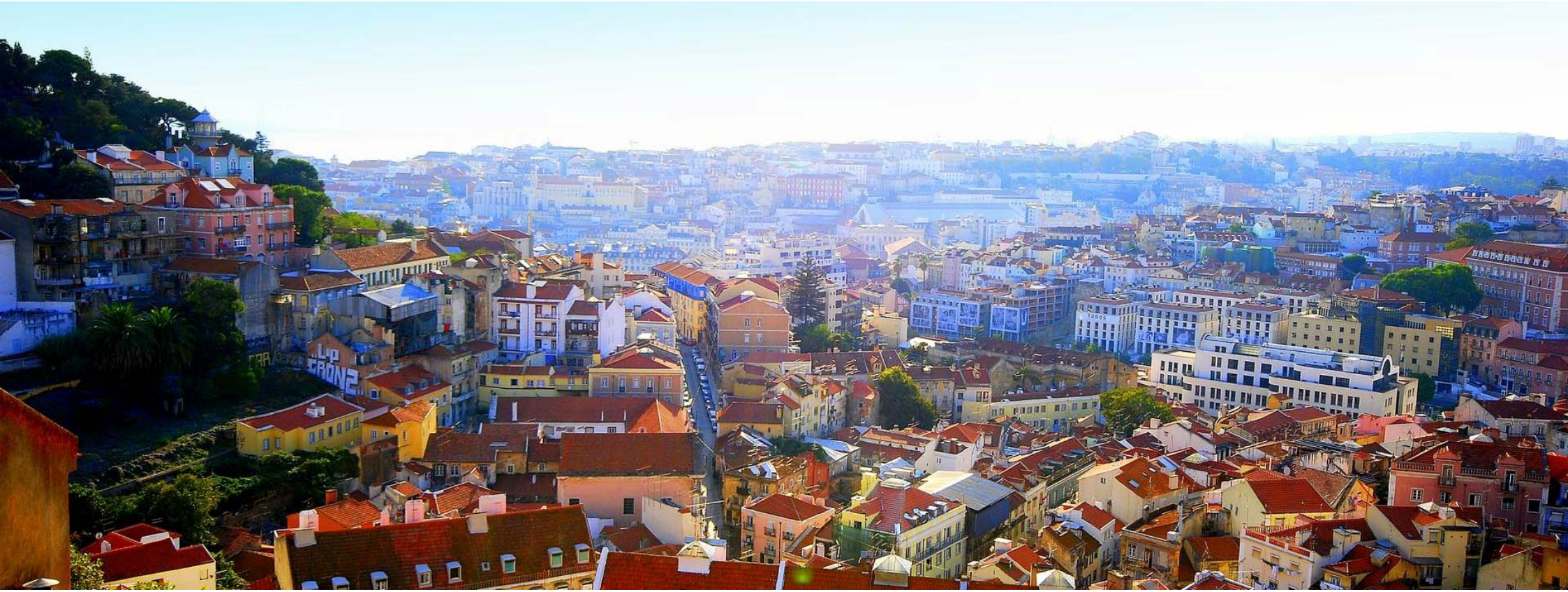
CONCLUSÃO

Estrutura dos impostos condiciona interpretação das isenções

Impostos monofásicos e isenções à cabeça

Entorse à finalidade, preferência à segurança

Taxas reduzidas de IVA para produtos sujeitos a IEC



sergiovasques@ucp.pt

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | FACULDADE DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA

CATÓLICA tax